

SERVIÇO NACIONAL DE LEITURA PARA DEFICIENTES VISUAIS

Isidro E. Rodrigues *

Resumo:

Elevado número de Portugueses sofre de deficiências visuais de tal modo profundas que, para adquirir formação literária, necessita de livros em Braille ou sonorizados, e entre nós, não existe um serviço que satisfaça minimamente estas necessidades; a atenção que este sector de actividades merece a Bibliotecários e outros Responsáveis é quase imperceptível; o nosso ingresso na C.E.E., espaço sócio-cultural onde as carências desta ordem são praticamente inexistentes, é a oportunidade única que se não deve desperdiçar; por estas razões, entre muitas outras, se julga ser este o momento próprio para se dar início a um conjunto de acções que viabilize, através do estudo, do esclarecimento e do debate de ideias, a criação de um organismo nacional com capacidade para propiciar aos Portugueses em causa o acesso à leitura em condições idênticas às existentes na Europa comunitária. Nesta perspectiva dever-se-á fazer: uma abordagem aos factores que têm condicionado o imobilismo português reinante nesta área de actividades; uma referência ao muito que já foi conseguido por outros países, muitos dos quais com recursos económicos inferiores aos nossos; e, embora sucintamente, a apresentação de um projecto-sugestão que deverá alicerçar-se no aproveitamento dos recursos económicos, técnicos e humanos já existentes, no empenhamento da BN. em desenvolver no seu seio um organismo para deficientes visuais que futuramente deverá ser o corpo central dum sistema nacional de leitura, e na adesão de outras bibliotecas, espalhadas por todo o País, que funcionarão como terminais, como unidades de prestação de serviço de leitura a nível regional, e, se possível, local.

Abstract:

A great deal of Portuguese people are visual handicapped and their deficiency is so deep that they need the Braille book and the talking book if they wish to be learned, and in Portugal there is no service with capacity enough to satisfy these needs; the Librarians and other responsible persons pay a very feeble attention to this area of activities; our entrance in the European Community (a social and cultural area where the problems like these do not exist anymore) is an opportunity that we must profit. On account of reasons like these we think that this moment is the best in order to begin making serious efforts to establish among us a national organism that offers to the Portuguese blind people the access to the culture.

Thus, we must know and study the facts that produce the Portuguese immobility that has its kingdom in this area of activities; we must know what the other countries already managed, and we must suggest a solution which will have as its support the economical, technical and human resources that already exist, the National Library that must be the central body of the National Service, and the Municipal Libraries that will be regional and local units permitting the access to the information, to the culture, to all the Portuguese blind citizens.

Sendo uma larga faixa da população portuguesa constituída por indivíduos portadores de deficiências visuais mais ou menos profundas e recorrendo muitos destes indivíduos ao livro escrito em Braille e ao registado em banda magnética, por ser o seu resíduo visual de tal modo baixo, que os coloca na situação de impossibilidade de usufruir a inestimável riqueza cultural (geradora de progresso e aperfeiçoamento humano) que é proporcionada pela infindável quantidade de documentos postos diariamente à disposição dos normovisuais; considerando-se que nos quadros dos técnicos superiores, com especialização em biblioteconomia, se encontram pelo menos sete funcionários que são deficientes visuais e que cerca de uma dezena de indivíduos com a mesma deficiência frequentou já, com bom aproveitamento os cursos B.A.D.; reconhecendo-se que entre nós há sinais significativos de mudança que apontam no sentido de algo se querer fazer a favor da facilitação do acesso à cultura aos que, até aos nossos dias, têm, especialmente neste âmbito, estado em posição de flagrante inferioridade; tendo presente o facto de o nosso país, em Janeiro de 1986, ter iniciado o seu ingresso na Comunidade Europeia, espaço sócio-cultural onde as carências de natureza a esta semelhantes são praticamente inexistentes e onde é vigente o princípio de se debaterem indistintamente todos os assuntos, visando a adopção para os mesmos, das soluções mais adequadas e, ainda, não esquecendo que, para nos sintonizarmos minimamente com os nossos parceiros europeus, temos que fazer um sério esforço que nos permita rapidamente assimilar os são princípios que enformam toda a mentalidade europeia, julgamos ter chegado o momento próprio para se dar início a um conjunto de acções que viabilize, através do estudo sério das questões inerentes a esta problemática, do esclarecimento e do debate bem intencionado de ideias, a criação de um organismo nacional com capacidade bastante para propiciar a todos os portugueses com limitações visuais o acesso à leitura em condições idênticas (ou pelo menos mais aproximadas) às que vigoram na Europa Comunitária. Entendemos, pois, ser oportuno tratar aqui esta temática candente que, para muitos é completamente estranha, mas que não mais pode nem deve continuar a ser o exclusivo de uns tantos que até hoje têm sido os grande mentores da filosofia que tem presidido ao funcionamento de organismos que foram criados para eliminar ou, pelo menos, minorar as carências que derivam do facto de se ser deficiente visual. Os bibliotecários normovisuais e outros responsáveis da área da cultura têm que modificar a sua atitude face ao sector das bibliotecas para deficientes visuais, por muitos consideradas demasiadamente especializadas, mas que, na realidade, a todas as outras são rigorosamente iguais. Não mais devem continuar a afirmar, como alguns o têm feito que de Braille e de documentação escrita neste sistema nada entendem, e que os assuntos a esta área respeitantes devem ser tratados por aqueles que, sendo considerados como especialistas na matéria têm, por inerência das funções que desempenham, a responsabilidade pela prossecução da política adequada a esta problemática.

Como ficou claramente demonstrado no Primeiro Congresso dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, os seus participantes passaram a dedicar-se por inteiro às v novas tecnologias aplicadas à área da informação. Naturalmente que essa dedicação exige activa exige muito mais estorço e disponibilidade de tempo do que a participação activa e consciente no processo

de desenvolvimento cultural dos indivíduos portadores de deficiências visuais, processo que deve ser devidamente aperfeiçoado e acelerado se não quisermos ficar ainda mais distantes da comunidade em que nos desejamos integrar de corpo inteiro.

Os documentos escritos em caracteres ampliados (passíveis de fazer parte dos acervos das bibliotecas em apreço) não colocam, seja a quem for, quaisquer problemas; os documentos registados em banda magnética poderão ser estranhos somente a quem tenha profundas deficiências auditivas; quanto ao livro em Braille, este é fisicamente constituído por comuns folhas de papel protegidas por capas não menos comuns, folhas em que estão impressos caracteres em relevo muito mais facilmente assimiláveis do que os caracteres gregos, ou até mesmo do que os caracteres inscritos nos documentos paleográficos cuja decifração é, para muitos bibliotecários, uma deleitante actividade.

E imperativo do momento presente, em que é desejável que se operem profundas transformações na sociedade portuguesa, fazermos todos um esforço no sentido de se detectarem os factores que condicionam o nosso atraso em relação a tantos outros países. Nos Estados Unidos e no Canadá, nos Países Nórdicos e em todos os da Europa Ocidental, nos Países Socialistas, nomeadamente na R.D.A. e na U.R.S.S., no Japão, na Austrália e na Nova Zelândia, na África do Sul e em alguns Países Sul-Americanos, como o Brasil e a Argentina, bem como em muitos outros países em condições económicas bastante mais difíceis que aquelas em que se encontra Portugal, o problema da leitura para deficientes visuais há muito que está solucionado. Em quase todos estes países, os indivíduos visualmente limitados têm enormes facilidades que lhes permitem elevar substancialmente o seu nível cultural e, conseqüentemente, aumentar largamente as possibilidades de competitividade profissional, resultando daí o acesso a uma boa situação económica, o que é garante da independência, e lhe viabiliza a inserção social.

Porém, entre nós, a realidade é infelizmente bem diferente: nada se tem feito para inverter a tendência que (a não se tomarem medidas enérgicas num curto espaço de tempo) nos poderá lançar muito em breve num estado de apatia endémica, de habituação ao clima de estagnação que já entre nós há muito se instalou. Para esta inoperância, para esta acomodação ao pouco ou nada fazer, sempre se apresenta a mesma justificação: a de os meios económicos existentes não permitirem a implantação, em Portugal, de um sistema orgânico vocacionado a propiciar aos deficientes visuais o fácil acesso à cultura que o convívio com o livro viabiliza. Todavia, esta justificação não é possível, para o observador atento da prática diária, ser considerada como válida, já que, por um lado, esses poucos meios económicos são normalmente geridos de forma irracional, e, por outro, não há notícia de que alguma tentativa séria tenha sido levada a efeito, com vista à obtenção de apoios económicos indispensáveis para a criação de uma instituição nacional de leitura para deficientes visuais. Quem já alguma vez teve conhecimento de que a prestigiosa Fundação Calouste Gulbenkian tenha, com este objectivo sido abordada? Que tentativas foram já feitas, visando a mesma meta, junto da Blind Mission, da União Mundial de Cegos, da Unesco, da Comunidade Económica Europeia, ou até mesmo junto de determinados organismos suecos, americanos, alemães, e de outras nacionalidades, que noutros países, e até mesmo no nosso, têm prestado apoio económico e técnico na

viabilização de projectos que contemplam áreas similares à de que neste momento nos ocupamos?

Para não nos alongarmos demasiadamente na análise dos factores que condicionam este *status quo*, referiremos somente um outro que, embora tocando áreas muito sensíveis e portanto susceptíveis de produzir em nós um certo constrangimento, não pode nem deve ser ignorado nem menosprezado, já que o mesmo tem largamente concorrido para que o imobilismo, o adormecimento não cessem, para que, tanto as ópticas como as estruturas permaneçam inalteráveis, favorecendo os que se sentem incapazes de se adaptar a novas situações, a outros comportamentos, a outras exigências da função e, o que é ainda mais grave, permitindo a paz e o sossego aos que rejeitam a inovação e até mesmo dificultam o trabalho dos que são contra a rotina, dos que, de algum modo, se mostram favoráveis ao progresso.

Neste, como em tantos outros sectores da função pública, e até mesmo da privada, os oficialmente responsáveis não agem com determinação, quando se trata de planear, de elaborar projectos, tendo por base o estudo sério e aprofundado da problemática envolvente, quando está em causa a defesa desses mesmos projectos face às hierarquias, ao poder político, não o fazendo, possivelmente, por razões que tanto podem resultar do facto de não se desejar incorrer no desagrado dos superiores hierárquicos, como também no que se prende com o receio de não se ser capaz de encontrar argumentos sólidos, se possível irrefutáveis, para impor os seus pontos de vista em relação aos objectivos visados.

Naturalmente que, estas razões e outras a elas semelhantes são, quanto a nós, infundadas, se cada um se compenetrar de que o Portugal de hoje não é o mesmo de 1973/74, de 1975, nem mesmo o de 1985, e se cada um adquirir o hábito de sempre assumir as suas posições, alicerçando-as em ditames técnicos, em estudos de experiências positivas levadas a efeito noutros países, na legislação, seja ela nacional ou internacional, com vista à eliminação de resistências que, normalmente, se baseiam em aparências, em razões pouco consistentes e não são o produto de uma análise construtiva e objectiva dos factos, mas pelo contrário têm origem numa visão superficial e bastante subjectiva dos projectos em presença, e, muitas vezes, em directrizes partidárias que não consideram o interesse colectivo mas tão-somente visam a obtenção de dividendos políticos.

.....

Face à realidade que tem como background este quadro algo sombrio, este ambiente nebuloso tão pouco convidativo, este clima incrível para quem o não conhece pessoalmente, não é nada fácil alguém tomar a iniciativa de avançar com propostas concretas, claramente definidas, tendentes a solucionar o que até agora parece ter sido irresolúvel, já que a fraca luminosidade não permite visualizar, nem mesmo perspectivar o que nos reserva o futuro (mesmo mudando o cenário), enquanto as actuais personalidades interventoras nestes processos não se definirem com clareza pelas suas obras, enquanto se não verificar que, seguramente, elas não são as mesmas conservadoras dos tempos idos.

Mesmo assim, e porque temos a alentar-nos a lufada de ar fresco resultante do facto de a Europa nos ter aberto as suas portas, e por sentirmos o incentivo que advém da circunstância de há alguns meses terem surgido no

nosso espaço laboral outros elementos activos, portadores de novas sensibilidades e novas ideias no que concerne à área em foco, prontos a modificar os circuitos por onde têm habitualmente passado o tratamento desta problemática, facto que, entre outros, indicia uma tendência salutar para a adopção e prossecução de uma política mais consentânea com as exigências da vida do homem moderno, pensamos ser útil a abordagem que aqui fazemos a esta temática, tendo em vista o crescimento do número dos que, aderindo a esta causa justa, se prontificam a participar empenhadamente num projecto que tenha como objectivo a criação de um organismo competente que possa propiciar aos indivíduos com deficiências visuais o acesso à informação, à semelhança do que, desde há muito, é prática corrente nos países Europeus, com os quais cada vez mais temos que nos sintonizar.

Mas nesta área, em que bases nos podemos projectar, visando a adaptação do nosso modo de vida ao do cidadão europeu? Não temos, por ora, disponibilidades financeiras capazes de suportar um organismo similar aos existentes no espaço económico, político e sócio-cultural, onde, em Janeiro de 1986, nos começámos a integrar. Não temos (o que é ainda mais limitativo) a vontade política dos nossos governantes desperta para os problemas inerentes a este sector de actividades.

Assim condicionados, o que fazer? Naturalmente, porque não se consegue atingir o óptimo não se deve deixar de tentar alcançar o bom; e este é possível, explorando-se uma via mais económica e inteiramente dependente do nosso querer, do nosso empenhamento.

Aproveitando ao máximo os recursos económicos, técnicos e humanos disponíveis; desenvolvendo uma acção concertada no sentido de se conseguir o apoio do Fundo Social Europeu, da Fundação Calouste Gulbenkian e de outras instituições congéneres: colocando ao serviço do mesmo objectivo, não só as bibliotecas e os centros de produção de materiais áudio-tácteis já em laboração nesta área, como também muitas outras bibliotecas que se encontram espalhadas por todo o território nacional; adquirindo alguns equipamentos indispensáveis à produção de materiais tanto braillografados como sonorizados destinados aos acervos bibliográficos a colocar à disposição dos utilizadores; afectando a unidades específicas de prestação de serviços alguns técnicos mais, poder-se-á instituir entre nós um eficiente sistema de leitura para deficientes visuais. Para tanto torna-se ainda indispensável que, numa primeira fase, a Biblioteca Nacional, à semelhança do que fez em relação à Base Nacional de Dados Bibliográficos presentemente em fase de implantação, tome a iniciativa e se empenhe vigorosamente em desenvolver no seu seio um organismo de leitura para deficientes visuais digno de assim ser designado, o qual, numa fase mais avançada, deverá assumir-se como sendo o corpo central dum Serviço Nacional de Leitura, onde se vão desenvolver todas as actividades que se prendem com:

- 1º - o planeamento e a coordenação de actividades;
- 2º - a selecção das espécies bibliográficas a adquirir, quer através de compra, oferta ou permuta, quer através de produção própria;
- 3º - a produção de materiais braillografados ou sonorizados;
- 4º - o tratamento biblioteconómico das espécies bibliográficas;
- 5º - a elaboração da informação bibliográfica e a sua difusão;
- 6º - a prestação de serviços de leitura de presença ou à distância;

7º - a promoção de acções que visem estimular o interesse e o gosto pela leitura ou que favoreçam a extensão cultural.

Quanto às outras bibliotecas que se encontram espalhadas por todo o país, e que venham a integrar este sistema nacional de leitura, deverão estas funcionar, por um lado, como sendo os terminais de um computador que tornam acessível a informação nele armazenada, e, por outro, como unidades de prestação de serviços no âmbito da leitura, quer-colocando à disposição dos utilizadores as espécies bibliográficas solicitadas, quer entrando em contacto directo com potenciais utilizadores que vivam na sua área geográfica, quer recolhendo e canalizando para os serviços centrais competentes todas as informações relativas às necessidades culturais detectadas.

Assim organizado um Serviço Nacional de Leitura para Deficientes Visuais poderá proporcionar a todos os seus utilizadores, em qualquer parte do país um rápido e eficiente acesso à leitura, factor de desenvolvimento, já que permite aos que com ela convivem um notório enriquecimento cultural, o que, só por si, é já um inequívoco índice de progresso.